

A IMIGRAÇÃO E A MÍDIA. ENTRE A UTOPIA DA INVISIBILIDADE SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS

IMMIGRATION AND THE MEDIA. BETWEEN UTOPIA OF SOCIAL INVISIBILITY AND UNIVERSAL HUMAN RIGHTS

João Carlos Jarochinski Silva¹

Curso de Relações Internacionais
Universidade Federal de Roraima
Boa Vista – Roraima - Brasil

Pedro Góis²

Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra
Coimbra - Portugal

Resumo: O presente artigo analisa, por meio do relato de eventos considerados chave e suas formas de exposição na mídia, a forma como a imprensa escrita e a televisão portuguesas retratavam os imigrantes e o trabalho conjunto desenvolvido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI/ACM), uma entidade autorreguladora da Imprensa e da Academia para que os meios de comunicação alterassem a forma como abordavam os imigrantes, para algo menos estereotipado e preso a uma ideia de que a sua presença é negativa na sociedade portuguesa, a fim de elevar o nível de conhecimento sobre esse objeto e assegurar-lhes Direitos.

Palavras-chave: Mídia. Migração Internacional. Portugal. Boas Práticas.

Abstract: This article aims to discuss, through reporting events considered key and their forms of exposure in the media, how press and television Portuguese portrayed immigrants and the co-work developed between the High Commissioner for Immigration and Intercultural Dialogue (ACIDI/ACM), a self-regulatory body of Press and Academy to change the media way of how they described immigrants. These organisations worked together for a less stereotypical report and without only negative view about their presence in Portuguese society in order to increase the level of knowledge about the subject and ensure rights to them.

Key-words: Media. International Migration. Portugal. Best Practices.

Recebido: 19/03/2017

Aprovado: 02/09/2017

Introdução

As notícias dos meios de comunicação são fundamentais para a criação da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas apresentadas nos espaços públicos e para as relações sociais entre esses grupos e os demais setores que compõem as sociedades (CARVALHO, 2008). Por meio da divulgação de imagens positivas ou negativas dos imigrantes, são criadas, ampliam-se ou atenuam-se estereótipos, processos de xenofobia e tensões sociais entre maiorias e minorias, entre o que se sente como

¹ jcsilva98@hotmail.com

² pedrogois@ces.uc.pt

“estranhos” e o que se inclui como parte do “nós”. Os meios de comunicação contribuem para movimentos de coesão social ou para dinâmicas de divergência entre grupos sociais, ou, nos dizeres de Dugnani (2017), colaboram com construção de agendas culturais sobre o tema.

Os meios de comunicação, aqui tomados na sua amplitude consagrada na noção de mídia, trazem à tona a questão da visibilidade ou da invisibilidade da imigração e dos imigrantes, pois são um dos instrumentos comunicativos mais importantes em uma sociedade democrática. Estes meios, em uma sociedade democrática, estão estabelecidos sobre princípios reguladores que valorizam a pluralidade e o respeito a todos os seres humanos, sobre códigos de ética e de deontologia que consagram a diversidade e a liberdade de opinião e sobre os princípios dos Estados de Direito. Entretanto, em diversas ocasiões, o que se observa é que a forma com que a imigração e os imigrantes são tratados é contrária aos valores democráticos, aos valores éticos das sociedades e aos próprios Direitos Humanos como se encontram consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Essa forma de interpretar as migrações internacionais, com as suas dinâmicas e as suas consequências, e a forma como os meios de comunicação produzem escolhas na criação de conteúdos e adjetivam negativa ou positivamente ações relacionadas com os imigrantes devem ser analisadas para serem criados mecanismos que busquem combater esse tipo de manifestação capaz de estabelecer no imaginário coletivo formas deturpadas e estereotipadas sobre as temáticas, criando ou reforçando elementos de xenofobia e preconceito no imaginário coletivo.

Dugnani (2017) destaca que essas imagens discursivas em relação aos imigrantes também são essenciais para a concepção de reforçar elementos de identidade que se estabelecem na e pela linguagem em relação aos outros, por meio de uma relação alteritária capaz de definir o convívio com o mundo, seus valores e seus sentidos, na constituição da própria sociedade de destino, o que aumenta a importância da análise desses materiais e da necessidade de ajustes na forma de se tratar o tema, quando se verificam situações em que a forma de tratar a temática se mostre inadequada.

Importa destacar que combater esse tipo de manifestação não significa tolher a liberdade de imprensa, mas, simplesmente, evitar que ocorram manifestações por parte dos meios de comunicação não adequadas aos valores democráticos e regulados pelas normas, principalmente quando se torna evidente o papel desses setores para as tomadas de decisões de caráter político, econômico e social. Combater a discriminação na mídia ou por meio da mídia é contribuir para um debate sobre a igualdade e sobre a liberdade entre iguais, ainda que a igualdade possa trazer consigo a diversidade.

Além disso, há um importante condicionante quando se pensa nos grupos imigrantes em sociedades de destino que, em muitas das localidades, eles não possuem espaço político para que possam manifestar-se de forma a assegurar sua participação cidadã na construção do imaginário

coletivo, o que impede um acesso igualitário e de contraponto quando são objetos de matérias nos meios de comunicação (BENÍTEZ EYZAGUIRRE, 2013). Entre a fragilidade de não estar representado na decisão política e a ambivalência de uma incompreendida ou negativa representação no espaço público, a desigualdade cria inferiorização social de difícil superação.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a forma como as migrações internacionais e seus imigrantes são representados nos veículos portugueses de comunicação, os *media*, pois Portugal tem enfrentado a questão de forma a buscar uma abordagem mais democrática e que evite preconceitos e estereótipos com um relativo sucesso.

Para analisar o caminho percorrido em Portugal, o artigo utiliza fontes secundárias que trabalham a questão, notadamente no sentido de compreender o processo de mudança na forma como os veículos de comunicação portugueses retratam a temática migratória, utilizando-os com o relato de alguns eventos que foram noticiados por esses meios de comunicação e que, segundo a perspectiva aqui proposta, tiveram papel fundamental na verificação de que a cobertura não estava sendo adequada.

A inadequação da cobertura, ao ser notada pelos órgãos reguladores da imprensa, das migrações portuguesas e também pela Academia, fez com que essas três instituições dialogassem e estabelecessem mecanismos para evitar que os equívocos cometidos na cobertura não se repetissem, fornecendo alguns fundamentos sobre como a temática deveria ser noticiada e retratada.

Dessa forma, o artigo procura contribuir, por meio do relato crítico desse processo, para compreender as medidas que procuram regular a maneira como a comunicação relativa a esses temas é exercida, a fim de utilizar essa realidade para se pensar em políticas públicas e ações da própria imprensa que sejam capazes de combater quadros capazes de aumentar a xenofobia, o preconceito e o estereótipo sobre as migrações e os imigrantes nas sociedades de destino.

1. O aumento do interesse da mídia no assunto

No caso português, como não poderia ser diferente, a partir do aumento da presença de imigrantes, o tema passou a ser mais intensamente noticiado na imprensa. Há, desde o final do século XX, um grande número de reportagens sobre a imigração e imigrantes ou que tocam nesses temas, notadamente na imprensa escrita e na televisão. Com a emergência e o aumento da temática, a Academia e os órgãos de regulação das migrações e da própria imprensa se interessaram por compreender de forma mais abrangente o fenômeno.

Este fato, por si só já é relevante e demonstrativo do fortalecimento do tema, pois, como afirmado anteriormente, possuem a capacidade de se estabelecerem como mecanismo capaz de criar imaginários coletivos. Entretanto, conforme algumas pesquisas apontaram, a análise dessa realidade se torna ainda mais importante pois, em muitos casos, os portugueses não têm contato, ou possuem

pouco contato, com os imigrantes e os descendentes dos imigrantes, construindo sua opinião frente ao tema com base na informação prestada por esses meios, cujo o predomínio é exercido pela televisão (ERC, 2009).

A maioria das investigações sobre a forma como se dá a cobertura da temática migratória em Portugal exploram as notícias veiculadas nos canais abertos de televisão e na imprensa escrita (CUNHA, 2007), dividida entre a de referência, com notícias mais bem desenvolvidas, com articulistas com maior poder e espaço para análises, e a imprensa popular, na qual não há muito espaço para reflexões sobre os acontecimentos.

O rádio também possui um papel relevante, principalmente como canal de comunicação das minorias étnicas, servindo para quebrar paradigmas e levar à sociedade portuguesa elementos da cultura dos povos dessas minorias. Entretanto, é evidente o alcance mais limitado do que os outros dois segmentos, televisão e imprensa escrita.

Alguns pontos levantados por essas pesquisas são bastante relevantes. O primeiro deles é a repetição de temas das notícias, no qual se encontram três eixos fundamentais: O primeiro é relacionado ao crime, o qual se encontra em maior quantidade em relação aos demais, principalmente nos veículos mais populares e na televisão, e o segundo é uma abordagem que procura destacar a questão da clandestinidade dos migrantes e exploração de sua força laboral. Já o terceiro, é a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. As pesquisas revelam, portanto, que havia uma tendência principal na escolha e no tratamento de notícias vinculadas a violência em detrimento de qualquer outra sub-temática, algo que pode ser explicado pelo impacto e pela capacidade de chamar a atenção que notícias vinculadas a crimes são capazes de alcançar, notadamente, segmentos mais populares de comunicação. Entretanto, o que interessa a análise desse texto é a forma como se dava a abordagem e a conexão entre imigração e criminalidade e os potenciais perigos da construção desta associação.

Nesse sentido, há que se destacar que algumas notícias tiveram uma cobertura bastante expressiva, como o “Caso arrastão de Carcavelos” em 2005,

[u]m acontecimento ou pseudo-acontecimento relatado pelos meios de comunicação portuguesa que teve no centro o suposto assalto de um grupo de jovens de origem africana a banhistas que estavam na Praia de Carcavelos, arredores de Lisboa, no dia 10 de Junho de 2005. Este dia, feriado comemorado como dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Posteriormente veio-se a desmentir o assalto e o relato construído pelos Media (ERC, 2009, p. 106),

o caso “Quinta da Fonte”, o qual foi um “incidente entre moradores do bairro social com o mesmo nome, no Concelho de Loures, que obteve grande visibilidade na imprensa e na televisão” (ERC, 2009, p. 72), e o “Caso do assalto ao BES”, que foi um assalto realizado a uma agência do Banco Espírito Santo, que teve como protagonistas dois imigrantes brasileiros que sequestraram os

funcionários, no qual um dos assaltantes foi morto pela intervenção policial; sendo os dois últimos eventos ocorridos em 2008. Estes acontecimentos decorreram em um momento em que a imigração em Portugal atingia valores elevados e em que a visibilidade social da imigração era cotidiana. Nesses momentos, o impacto midiático foi bastante intenso, mas mesmo em anos sem eventos “criminosos” desse porte, houve no máximo uma equivalência do segundo tema em relação ao primeiro, notadamente na imprensa escrita (ERC, 2009)

Esse primeiro eixo revelou a existência de abordagens que vinculavam imigração e crime, ressaltando um posicionamento no qual surge uma produção pautada em sentimentalismos estereotipados, nos quais se favorece o ato de execração simbólica dos imigrantes criando ou sustentando um discurso negativo, isto é, hiperbolizando o todo a partir de casos individuais (BOURDIEU, 1997). Os efeitos danosos desse tipo de abordagem é tão impactante na sociedade de destino, que o próprio órgão regulador das migrações, o Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), estabeleceu políticas cujos os objetivos eram evitar a vinculação imigrante e crime, principalmente evitando que as coberturas jornalísticas identificassem a nacionalidade dos indivíduos retratados quando esta informação não possui qualquer importância para a notícia transmitida.

Saliente-se que o nome atual do ACIDI (PORTUGAL 2016) é Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros com a missão de colaborar na definição, na execução e na avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

Quanto às políticas acima mencionadas, embora não se tratasse de um conjunto de políticas punitivas ou proibicionistas, antes da tentativa de promover a autorregulação entre os produtores de notícias, a enunciação de que existia um problema é em si um início da sua potencial solução. Por exemplo, qual o interesse em salientar que um determinado delito de furto foi cometido por um brasileiro, se o simples fato de ser brasileiro não possui relação com o ilícito? A associação nacionalidade - crime é, em si, a criação de um estereótipo negativo com consequências reais. Nada mais próximo do que se conhece como o teorema de Thomas (1928, p. 571-2): "Se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências".

Conforme assinala o antigo Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rui Marques, este fato ocorre principalmente nos relatos sobre crimes e atitudes desabonadoras praticados por imigrantes:

Isso é muito evidente na criminalidade, em tudo o que é comportamento desviante. E a justificação está no outro ser diferente, não é? Muitas vezes o facto de ter outra nacionalidade que não a nacionalidade maioritária, alguns interpretam como um valor-notícia, como um facto relevante. Ora, o que nós temos dito é que não é um facto relevante, não explica a notícia. Mas, evidentemente, no que diz respeito à criminalidade vê-se muito mais referências do que quando estamos a falar, por exemplo, de méritos. Facilmente nós nacionalizamos os méritos e externalizamos as culpas (CARVALHO, 2008, p. 13-4).

Esse tipo de comportamento jornalístico, mais comum em abordagens televisivas e nas de imprensa popular, tenta vincular padrões de conduta desviantes para com a generalidade da comunidade migrante, reforçando, dessa forma, sentimentos xenofóbicos em relação a pessoas desses grupos. As reportagens são escritas de uma forma que não permitem uma contextualização social e política adequada dos eventos retratados. Associa-se, de forma simplista e sem fundamento, o risco com a presença do imigrante na sociedade. (CARVALHO, 2008)

O relato de Marques é de grande clareza sobre os efeitos da falta de uma argumentação mais consistente sobre o fenómeno migratório. Segundo ele,

[p]orque hoje em dia como se criaram alguns estereótipos, algumas associações, por exemplo, muitas pessoas quando se cruzam com uma mulher brasileira, mesmo que não digam, perguntam o que é que ela fará. Ora, isto é uma consequência gravíssima de um estigma, de um preconceito que está criado face a toda a uma comunidade. Ou quando vêm entrar dois ou três miúdos africanos no comboio da linha de Sintra pensam se irão ser assaltadas. Porquê? Não porque já tenham sido assaltadas, mas porque têm na cabeça que... nas notícias vêm muitas vezes ou algumas vezes assaltos provocados por miúdos africanos. Ora, é preciso que nós saibamos desacoplar esses factos porque, senão, teremos uma situação muito grave de toda uma comunidade marcada pelo estigma, o que é muito negativo. E veja-se o exemplo mais grave de todos, mais impressionante de todos nos nossos dias: a islamofobia no contexto ocidental, a relação com os muçulmanos é irracional nesta altura [...] O facto de ter havido um indivíduo que se diz muçulmano que pôs uma bomba algures não faz de todos os muçulmanos bombistas. Mas, por exemplo, a Europa caiu nessa armadilha. E isso tem consequências muito graves porque evidentemente cria um sentimento de injustiça e de ressentimento de maciços milhões de pessoas que são vítimas dessa discriminação. Portanto, esta causa é uma causa fundamental para a paz social. Para termos paz social não podemos ter e deixar que se desenvolvam preconceitos, estereótipos que prejudicam seriamente algumas comunidades, algumas pessoas (BENÍTEZ EYZAGUIRRE, 2013, p. 104-5).

A emergência desse risco, tanto na representação audiovisual como na rede discursiva se molda a partir da associação da imigração com a delinquência e o crime, transmitindo a imagem de uma situação que se apresenta como incontrolável, justificando, dessa forma, a decisão política de integrar as migrações na agenda da segurança de construir uma estratégia política securitária em torno da imigração.

Há diferenças, entretanto, na forma como a televisão e a imprensa popular retratam os temas. As matérias televisivas são mais curtas e, via de regra, procuram um posicionamento mais

sensacionalista. Visam no essencial construir a notícia a partir do drama episódico e da forma como do episódio se extraem generalizações. Já a imprensa popular, por conta de sua menor concorrência por espaço em seus jornais, mesmo com o cunho sensacionalista dos relatos sobre ações de imigrantes, possuem descrições mais longas, as quais, geralmente, fazem uso dos discursos legitimados pelas forças policiais e pela opinião pública para serem validados. Esses discursos utilizados, quando tratam de criminalidade e imigração, destacavam uma perspectiva que colocava a imigração como uma ameaça à sociedade de destino. Neste último caso, o uso da nacionalidade do criminoso/delinquente constrói a própria notícia e opõe-se à invisibilidade desta mesma nacionalidade em outras notícias com um caráter mais positivo.

Há, ainda, que se destacar que além da questão criminosa, esses tipos de veículo também, costumeiramente, traziam diversos relatos sobre o trabalho pouco qualificado que o imigrante realiza e a prostituição ou outras áreas socialmente vistas como negativas, os quais reforçavam uma representação bastante contraproducente da imigração.

Esse tipo de abordagem é marcado por uma argumentação fundamentada em dois aspectos:

[D]e una parte, el marco ideológico previo formado por creencias, aunque su expresión pública se muestra en las actitudes y en los prejuicios. En segundo lugar, una serie de conceptos para el análisis de las estrategias discursivas: como figuras conceptuales destacan los esquemas, los estereotipos, las categorías o jerarquías, los juicios de atribución y los guiones de acción, patrones de simplificación de la realidad con sesgos cognitivos marcados por el encuadre previo. Por último, el esquema sintetiza las estrategias discursivas de la construcción de la otredad, a partir del principio básico de que en las prácticas discursivas siempre se pretende una autopresentación positiva, que en paralelo conlleva una presentación negativa del otro.

Portanto, a representação negativa do imigrante é, além da própria depreciação das pessoas enquadradas nessa categoria, uma forma de procurar valorizar os indivíduos nacionais, os quais são os maiores consumidores desses veículos. No caso português, os sujeitos são dotados de capacidade política para legitimar as ações do Estado que, na busca pela defesa de suas noções identitárias, deve criminalizar a imigração que ameaça os valores nacionais. Trata-se da construção de entendimentos que valorizam uma posição contrária aos imigrantes e justificadora de uma opção pela regulação dos fluxos com um viés securitário.

Há que se destacar, entretanto, que, no caso português, o fato de a imprensa de referência, desde que a temática migratória se estabeleceu como um ponto rotineiro de pauta, integrou e promoveu boas práticas,

identificáveis em função dos seguintes indicadores: pertinência da linguagem, vocabulário e tom utilizado; nomeação dos atores sociais, sua origem e situação jurídica; nomeação de fontes, pluralidade de fontes, utilização de dados estatísticos; qualidade e pertinência da informação veiculada, contextos da informação, diversificação das temáticas na óptica dos interesses dos imigrantes e da sociedade de acolhimento; preocupação quanto ao serviço ao público com a disposição

gráfica e quanto à construção de leads, colunas e caixas; critérios na seleção de fotografia e na utilização de elementos de infografia. (CUNHA, 2007, p. 57)

Apesar do importante papel desenvolvido pela imprensa de referência, capaz de conferir maior solidez argumentativa ao debate, há um quadro no qual a penetração social desses meios não é suficiente para, por si só, conseguir romper uma lógica que produz senso comum e estereotipação sobre a questão migratória para a maioria da população. A adjetivação negativa a esse fenômeno teve que ser combatida principalmente na imprensa escrita de cariz popular e na televisão.

Conforme destacado nos três eixos, contudo, apesar de serem em menor número, há outros temas que também são bastante noticiados. Um segundo eixo deve ser destacado. A abordagem da questão da clandestinidade e da exploração de sua força laboral na qual, devido a sua situação irregular no país, os imigrantes estão sujeitos, por exemplo, serem ludibriados por patrões que utilizam sua força de trabalho de forma exploratória, não pagando os vencimentos e direitos de forma correta. Neste caso, há uma dupla vitimização dos imigrantes. Se é certo que os próprios imigrantes são retratados como vítimas, sempre se destacava que a irregularidade possuía relação com essa exploração (é-se explorado porque se está irregular no país). Isso é visto como uma boa prática jornalística, mas, esta associação entre irregularidade e exploração, estabelece, aos olhos do leitor, uma menor reprovação da ação dos empregadores, pois ambos, imigrantes e empregadores, estão cometendo ilícitos, sendo que o imigrante é, simultaneamente, vítima e autor destes ilícitos.

Outro ponto importante desse tipo de reportagem é que, além do imigrante, a própria sociedade portuguesa era retratada como vítima do referido tipo de conduta, notadamente em um contexto de forte recessão econômica que gera, entre outros impactos, o desemprego. O tipo de conduta dos empregadores era vista como impedimento para os portugueses obter esses empregos e permanecerem na situação de vulnerabilidade econômica, o que pode gerar, ao final, um sentimento de repulsa em relação ao imigrante, pois, caso ele não estivesse lá, esse tipo de exploração não ocorreria. Trata-se de uma extrapolação de um certo *dumping* social em que imigrantes e sociedade portuguesa se encontram ligados. Conforme já destacado, além de não se investigarem ou identificarem os patrões, acaba-se valorizando, mesmo com a vitimização dos imigrantes, uma política de maior controle migratório, pois os imigrantes também são responsáveis por essas ações e situações.

Já o terceiro eixo, que lida com a questão da integração, é muito pouco desenvolvido na televisão e nos segmentos de imprensa popular, pois esta abordagem necessitaria de uma contextualização social e política do fenômeno migratório, sendo, praticamente, exclusividade da chamada imprensa de referência, na qual há a “prevalência de fontes politizadas, uma maior atenção à cultura e à identidade do “outro” e um tratamento mais aprofundado dos temas” (CARVALHO, 2008, p. 16). Portanto, mesmo com essas boas práticas, resta evidente que abordagens negativas do

fenômeno migratório foram predominantes nos meios de comunicação portugueses no início do século XXI.

2. O combate a esse tipo de meio de comunicação e o uso de relatos positivos

Apesar de algumas ações que buscam combater esse mal jornalismo, algumas das quais gestadas no nível comunitário europeu, como para se fazerem respeitar os direitos estabelecidos na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, tais como a Igualdade perante a lei, a Não discriminação, a Diversidade cultural, religiosa e linguística, a Igualdade entre homens e mulheres e o Direitos das crianças, estabeleceram-se diversos programas, como o *Media II*, *Media Training*, *Media Plus*, *Media 2007*, que procuram contribuir para a formação de profissionais, abrindo caminhos para a formação de profissionais de países terceiros e de jornalistas oriundos das minorias, bem como a promover co-produções entre países europeus e países terceiros, possibilitando maior representação de grupos minoritários e o desenvolvimento de Media étnicos (ERC, 2009).

Foi elaborada, em 2006, uma Recomendação sobre a “Proteção dos menores e da dignidade humana no audiovisual e nos serviços de informação”, no qual se apela que os Estados Membros promovam uma atitude responsável dos envolvidos nos meios de comunicação, desde os profissionais até os utilizadores, para que esse tipo de serviço evite discriminações baseadas no sexo, na raça ou etnia, na religião, na deficiência, na idade e na orientação sexual. A Recomendação incentiva, também, os meios à regulação e autorregulação a criarem órgãos de monitoramento de ações discriminatórias ou atentatórias da dignidade humana. (ERC, 2009)

As mesmas preocupações colocadas nos documentos anteriores se fizeram presentes na Carta de Roma, de 2008, a qual foca no Código de conduta dos jornalistas para os candidatos a refúgio, refugiados, vítimas de tráfico e migrantes; essa que foi promovida pela Associação Nacional dos Jornalistas Italianos com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o objetivo de sensibilizar os profissionais dos meios de comunicação sobre a necessidade de uma cobertura isenta e plural destas temáticas. (ERC, 2009)

O resultado obtido por essas ações ainda não é suficiente para impedir reportagens que vinculem a nacionalidade dos imigrantes com ações de caráter negativo. Conforme destacam publicações promovidas pela *Ethical Journalism Network* (EJN), os migrantes e, por conta da urgência do tema na Europa, também os refugiados, são minorias vulneráveis que podem vir a se tornar responsáveis ou a assumir esse ônus, quando utilizados por um jornalismo irresponsável, pelos problemas da sociedade, como a criminalidade, o desemprego, a disputa pelo acesso aos serviços ofertados pelo Estado, e a insegurança (EJN, 2015).

Uma das formas mais salutares de combater esse tipo de construção de estereótipos se dá por meio da narrativa de relatos positivos. Levar ao conhecimento do público os possíveis impactos que a imigração pode gerar é fundamental, pois esse tipo de fato afeta diretamente a segurança social e o Estado de bem-estar, representando, portanto, uma questão que deveria estar muito mais presente na imprensa, mesmo nas mais populares. Somente para reforçar a necessidade de se veicular esse debate, é necessário lembrar que Portugal tinha, em 2007, a menor taxa de fecundidade da União Europeia, o que pode gerar efeitos futuros perturbadores se a imigração para o território sofrer um controle tal que este sancionamento negativo impeça a entrada de imigrantes ou perturbe a sua integração social.

E não é somente esse efeito positivo sobre o tema da demografia e da segurança social que poderia ser tratado. Outras consequências, como a importância dos imigrantes para atender ao aumento da atividade produtiva ou à contribuição dada por imigrante empregado documentado para o Estado português, também, deveria possuir uma presença mais efetiva, além das trocas culturais que, normalmente, não são tão destacadas como deveriam. A visibilidade do impacto positivo na demografia, na economia e na sociedade deveria subrepôr-se, porque vinculada a estudos acadêmicos e investigações, ao senso comum estereotipado baseado na simples extrapolação de casos episódicos.

Em geral, para que se possa desenvolver uma visão mais adequada ao fenômeno migratório, há que se destacar também os elementos positivos desse fenômeno para a sociedade receptora na intensidade que possuem efetivamente. Esse tipo de conduta faria com que a opinião pública fosse melhor informada e, possivelmente, apoiasse uma política migratória mais adequada às necessidades do país.

Além de conferir uma visão integradora dessa população, realçando os benefícios que a imigração traz, é fundamental que se estabeleça, nos meios de comunicação, uma maior responsabilidade ao se retratar as notícias, principalmente no tempo e na voz atribuídas aos imigrantes, além de utilizar recursos menos estigmatizantes para a comunidade e fontes alternativas, principalmente em relação à força policial e à população nacional local. Mas também, trazer temas que possam interessar às comunidades visadas e à sociedade em geral (CUNHA, 2007, p. 57). Os imigrantes são parte da sociedade portuguesa e essa é uma realidade irreversível.

Pesquisa realizada em fins de 2011 (TCI 24, 2012) mostra que os portugueses possuem, em comparação com a média europeia, uma visão mais positiva e receptiva da imigração, chegando a mais de 80% dos entrevistados a crerem ser correto os imigrantes terem os mesmos direitos que os nacionais, frente aos 68% europeus. O resultado da pesquisa é significativo, pois os inquéritos foram realizados em um período muito conturbado do ponto de vista econômico e social. Obviamente, esse resultado não é expressão apenas da melhora na cobertura dos *media* em relação

ao tema das migrações. Entretanto, apesar de não ser possível medir esse impacto, não restam dúvidas de que um jornalismo mais responsável e menos estigmatizador também impacta para que esses números sejam obtidos.

Portanto, a mudança no comportamento dos meios de imprensa sobre a imigração é fundamental, pois, em Portugal, está ocorrendo a mudança no paradigma de população e de integração de pessoas e comunidades não nacionais que marcam o mundo todo, com impactos diretos nas formas de manifestação política desses imigrantes, conforme assinalaram Castles e Miller (2004, p. 334):

La política de la inmigración está en constante reflujo, debido a los rápidos cambios en las corrientes migratorias al igual que en las transformaciones más amplias en los patrones políticos que están teniendo lugar en muchas sociedades occidentales. A medida que maduran los movimientos migratorios – al transitar las etapas de inmigración, establecimiento y formación de minorías – varía el carácter de la movilización y la participación políticas.

É evidente, atualmente, em Portugal uma abordagem jornalística em relação às migrações e aos migrantes internacionais diferentemente do que se praticava no início do século XXI. Esta mudança é evidente quando se verifica, na maioria das reportagens, quaisquer que sejam os meios de comunicação, a busca por uma linguagem mais apropriada e o cuidado no uso da nacionalidade dos indivíduos envolvidos nos assuntos abordados, notadamente quando se tratam de temas que possuem um viés negativo perante os valores sociais.

Outro ponto que se tornou muito mais presente é a busca por um maior conhecimento sobre os fatores que motivaram a movimentação das pessoas, sejam eles na origem, em uma visão mais detalhada, capaz de oferecer mais elementos para conhecer parte da trajetória desses migrantes e evitar estereótipos, assim como no destaque a elementos responsáveis pela escolha de Portugal enquanto destino, reforçando a ideia de que esses migrantes são membros da sociedade portuguesa.

Conclusão

A imprensa deve assumir um papel responsável e se lembrar que as suas ações são capazes de, a partir das informações veiculadas, auxiliar em uma política migratória mais adequada aos interesses nacionais e mais voltada para a integração e para o desenvolvimento de práticas de valorização da dignidade humana e dos direitos humanos.

Para voltar ao teorema de Thomas, a interpretação de uma situação causa a ação, e o trabalho dos *mídia* deve ser capaz de antecipar consequências. O caso português demonstra que, a partir de um conjunto mediatizado de eventos, foi possível constatar a existência de um problema na estigmatização da imigração cuja consequência era a negativização da imagem dos imigrantes,

impactando na formulação das políticas migratórias e na forma como nacionais e migrantes internacionais se relacionavam, potencializando práticas xenofóbicas por parte dos portugueses.

Por meio de ações de conscientização dos órgãos reguladores das migrações e da mídia, foi possível, entretanto, promover a emancipação de um discurso autorregulador que trouxe com ele um amortecimento da estigmatização dos imigrantes pelos meios de comunicação. Esse trabalho se deu, também, em conjunto com a Academia, permitindo a construção de um discurso mais informado e menos inflamado e demonstrou, plasmando-o no lema do Observatório da Imigração do ACIDI (PORTUGAL 2016), que importa “conhecer melhor para melhor decidir”.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. (2002) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC.
- BENÍTEZ EYZAGUIRRE, Lucía (2013). Representación audiovisual y red discursiva sobre las migraciones en el Estrecho. In MARTÍNEZ, Antolín Granados. **Las representaciones de las migraciones en los medios de comunicación**. Madri: Trotta, 99-116.
- BOURDIEU, Pierre (1997). **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: ZAHAR.
- CARVALHO, Margarida Domingues de (2008). **A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários**. VI Congresso português de sociologia: mundos sociais, saberes e práticas, 1-17. Publicado em Vi Congresso: [<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/235.pdf>]. Disponibilidade 18/09/2014.
- CASTLES, Stephen.; MILLER, Mark J. (2004). **La era de la migración: Movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: Miguel Ángel Porrúa, UAZ, Cámara de Diputados LIX Legislatura, Fundación Colosio, Secretaría de Gobernación, Instituto Nacional de Migración.
- CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin da (2007). Imigrantes nos media portugueses: representações das minorias no início do milênio. **Comunicação & Educação**, XII (2): 49-58.
- DUGNANI, Bruna Lopes Fernandes (2017). **Imagens discursivas de imigrantes e suas implicações no discurso de receptividade do brasileiro na imprensa nacional: uma perspectiva dialógica**. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (orientadora: Profa. Dra. Elisabeth Brait).
- ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO (ERC) (2009). **Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão: 2008**. Lisboa: ERC.
- ETHICAL JOURNALISM NETWORK (EJN) (2015). **Moving Stories International Review of How Media Cover Migration**. Londres: EJN.
- PORTUGAL. **Alto Comissariado para as Migrações (ACIDI)**. Publicado em ACIDI: [<http://www.acidi.gov.pt/>]. Disponibilidade: 04/02/2016.
- SILVA, João Carlos Jarochinski (2014). **A europeização das políticas migratórias para extracomunitários**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (orientadora: Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus).
- TBI 24 (2012). **Portugueses concordam que imigrantes devem ter mesmos direitos**. de 01/06/2012. Publicado em Eurobarômetro: [<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/eurobarometro/portugueses-concordam-que-imigrantes-devem-ter-mesmos-direitos>]. Disponibilidade 05/02/2016.

THOMAS, William I. (1928). **The child in America: Behavior problems and programs.** New York: Knopf.